



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 6 - 2005/2009**

**Data da Sessão :** 30 de Junho de 2006

**Início da sessão:** 10:30 horas

**Términus da Sessão:** 19:00 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

Elvino vieira da Silva Pereira, Preciosa da Silva Marques, Luís Sérgio de Matos da Silva, Duarte Baptista de Matos Marques, Vitor Manuel Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, António Cardoso Lopes, Pedro Manuel Marques Jana, Helder Luís Vences Pereira, Célia Maria Mendes Rodrigues, Paulo Alexandre Carvalho Pires, Manuel Marques Dias, Vítor Tavares Silva, António Matos Marques, José Luís da Conceição Soares, Fernanda Maria Gonçalves Lourenço, Joaquim Rita António, Zeferino da Silva Sobreira, Francisco do Carmo Branco, Joaquim da Silva, Adílio António Barbeiro, Afonso Augusto Fontes Matias, Nuno Miguel Marques da Silva

**Faltas Justificadas:** João Paulo Leal Dias Simões de Almeida, Hélder Jacinto de Oliveira e Sandra Maria Lopes Cordeiro

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe Soares

**Cargo:** Assistente Administrativa Especialista

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 6 - 2005/2009**

**30 de Junho de 2006**

-----**INICIO**-----

--- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:---

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**
- 2 Discussão e votação da Adesão do Município de Mação ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro ( já aprovado no mandato anterior ).**
- 3 Nomeação de Juizes Sociais, conforme disposto no Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho.**
- 4 Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental.**
- 5 Política do Município para a Floresta**
- 6 Apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais João Paulo Leal Dias Simões de Almeida, Hélder Jacinto de Oliveira e Sandra Maria Lopes Cordeiro que justificaram a sua falta em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais Vítor Tavares Silva, António Matos Marques, José Luís da Conceição Soares . -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu inicio à sessão e colocou à discussão a acta número cinco e de seguida colocou à votação a referida acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria com quatro abstenções. -----

--- Foi seguidamente lida pelo Sr. Presidente da Mesa, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.-----

Seguidamente leu o seguinte requerimento do Vogal Luís Sérgio Silva:

“Luís Sérgio de Matos da Silva, membro deste assembleia eleito na lista do PS vem nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, art.º 53.º , n.º 1, alínea f), art.º 46-A.º , n.º1, alínea e), art.º 54, n.º 1, alínea j), art.º 68.º, n.º1, alínea u), e do regimento solicitar que seja informado por escrito do seguinte:

- 1- Nas zonas envolventes ao Complexo Desportivo Agostinho Pereira Carreira (anteriormente denominado Campo de Futebol do Marco) está em construção uma urbanização de Outeiro da Forca e ou Vinha da Ponte, importa pois saber onde é que se enquadravam estas áreas no PDM?
- 2- Quais são as datas de eventuais incêndios ocorridos na zona descrita anteriormente nos últimos 15 anos?
- 3- Qual o processo que deu origem às construções actualmente em execução na Zona envolvente ao Complexo Desportivo Agostinho Pereira Carreira?
- 4- Quais são as actas das sessões de Câmara e da Assembleia Municipal onde foi aprovada a Urbanização na Zona envolvente ao Complexo Desportivo Agostinho Pereira Carreira?
- 5- Junto ao Complexo Desportivo Agostinho Pereira Carreira existe um Parque Radical, esta infra-estrutura faz parte do Complexo? Se sim, onde está o projecto do Complexo e quando pode ser consultado?
- 6- Junto ao Parque Radical encontra-se em construção um prédio cuja distância do Parque Radical é bastante reduzida, importa saber se esta situação está de acordo com a Lei?
- 7- Na urbanização com a denominação de Outeiro da Forca ou Vinha da Ponte, junto à ponte romana no Ribeiro de Mação, parte da urbanização sobrepôs-se a caminhos públicos, como se explica esta situação? “

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que este requerimento será enviado à Câmara para ser respondido posteriormente. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- O Vogal Afonso Matias intervém para colocar algumas questões ao Executivo:

- Solicita informação sobre se há novos dados sobre o açude insuflável de Abrantes.

- Solicita informação sobre o encerramento da empresa Postejo, em Ortiga, se há algum compromisso pois se aquela unidade encerrar será mais uma fonte de desemprego em Ortiga.-----

- Refere que, em mandatos anteriores, algumas pessoas colaboraram com a Câmara em algumas obras e foram assumidos compromissos pela mesma que ainda não foram cumpridos pelo que solicita à Câmara a resolução de dois casos que têm solicitado a sua ajuda. -----

- O Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao açude insuflável de Abrantes, informa que solicitou o projecto do referido Açude ao Presidente da Câmara de Abrantes e o

mesmo encontra-se nos Serviços Técnicos para analisar e será enviado também à Junta de Freguesia de Ortiga para que façam também uma análise do mesmo. No entanto, o Presidente da Câmara de Abrantes continua a garantir que este açude não impedirá a subida do peixe no rio. Considera ainda que, o Ministério do Ambiente terá considerado esse facto quando licenciou a construção do mesmo. -----

Sobre a empresa Postejo, toda a informação que a Câmara tem é a mesma que a Junta de Freguesia tem. Assim, informa que teve uma reunião com o Administrador da empresa, Eng<sup>o</sup> Alberto Moreno, no passado dia 14 de Junho, que lhe transmitiu a informação de que a Postejo irá suspender a sua laboração em Ortiga pois a empresa perdeu alguns concursos de fornecimento, as vendas baixaram cerca de 30% e não é possível manter a laboração desta unidade durante este ano. No entanto, foi também informado que a empresa está a elaborar as candidaturas aos concursos de fornecimento para o próximo ano e, se ganhar esses concursos poderá ser de novo uma realidade a laboração da mesma em Ortiga. -----

Foi ainda informado pelo Director da empresa que, relativamente aos 20 trabalhadores, foram propostas algumas soluções para continuarem a trabalhar, ficando dois trabalhadores em Ortiga para guarda das instalações e sendo proposta a alguns irem fazer formação profissional em Ponte de Sor e seguidamente serem integrados numa empresa do mesmo grupo e a outros foi proposto integrarem a unidade de Benavente da referida empresa. -----

Sobre os compromissos assumidos pela Câmara com algumas pessoas de Ortiga que colaboraram com algumas Obras da Câmara, esses compromissos são do conhecimento deste Executivo e serão resolvidos logo que possível. -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para solicitar informação sobre a situação da Clínica Maclimedi. Solicita informação sobre a ETAR da empresa DAMATTA, pois o próximo Quadro Comunitário vai apoiar a construção de ETAR'S e assim não seria necessário o apoio da Câmara evitando também assim alguma despesa à Autarquia. Relativamente à Volta ao Distrito de Santarém, em ciclismo, que passou por Mação, solicita informação sobre se a Câmara teve alguma despesa com essa actividade. ----

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para informar que, relativamente ao processo da Clínica Maclimedi, no dia 9 de Julho de 2006 vai de novo ser colocado em hasta pública a venda do imóvel depois de ter ficado deserta uma primeira tentativa em Março. -----

Informa ainda que, o que está previsto para aquele imóvel é que no mesmo funcionem serviços relacionados com reabilitação e saúde e isso mantém-se pois foi estabelecido quando foi cedido o terreno. -----

O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que a ETAR da empresa DAMATTA tem um problema relacionado com o excesso de sal nos efluentes e solicitaram à Câmara a possibilidade de, no final do tratamento da ETAR da empresa, fosse encaminhado para a ETAR Municipal o efluente da empresa passando o cloro em excesso a ser diluído no afluente doméstico e que no resultado final cumpriria os níveis legalmente estabelecidos. No entanto, é do contexto nacional que cada empresa seja responsável pelas suas ETAR'S e o Município não deve criar excepções nem assumir compromissos para o futuro que não possa cumprir. Assim, foi elaborado um Protocolo, em que, como a ETAR Municipal de Envendos necessita de obras de recuperação, a Câmara permite os efluentes da empresa na ETAR Municipal e a referida empresa comparticipa nas despesas de remodelação da ETAR Municipal. -----

Mais informa que, neste momento está a ser estudada a solução que passa por adaptar a saída de efluentes para ETAR Municipal de uma forma lenta de molde a possibilitar a diluição do cloro e todo este processo está a ser acompanhado por técnicos do GAT. -----

O Sr. Vereador José António Almeida intervém para informar que, sobre a Volta ao Distrito de Santarém, em ciclismo, a Câmara não teve qualquer despesa pois não começou nem terminou nenhuma etapa em Mação e a Câmara não teve qualquer interferência, nem mesmo relativamente ao percurso. -----

- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para referir que, relativamente à habitação a custos controlados, tem ouvido algumas queixas de algumas pessoas sobre a forma como foi feito o sorteio para a aquisição das casas. Considera que deveriam ter sido tomadas em conta algumas prioridades, como por exemplo o rendimento e as necessidades dos candidatos às referidas casas.

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que compreende a preocupação expressa mas relativamente à declaração de rendimentos, este é um problema complexo pois não é o único meio de avaliar a capacidade financeira das pessoas.

Assim, a opção foi um sorteio público, onde estiveram presentes as pessoas que assim o entenderam e foram seleccionados todos os candidatos. Informa ainda que

teve conhecimento que existem já algumas desistências pelo que permitirá o acesso a outras pessoas. -----

O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que, o que se pretendia seleccionar não eram as pessoas com maior necessidade pois as pessoas que se candidataram a estas casas têm de ter capacidade para pagar a casa ou negociar com o banco uma forma de crédito para o fazer e sendo escolhidas só pessoas com baixos rendimentos, o empresário poderia correr o risco de não vender as casas.

Considera que este é um processo verdadeiramente complexo e nenhum procedimento é perfeito, e para as pessoas verdadeiramente necessitadas e com fracos recursos financeiros, este não é o programa indicado pois não é de Habitação Social que se trata. -----

O Sr. Presidente da Mesa intervém para apresentar a seguinte declaração:

“Na sessão de 28 de Abril, para assinalar a sua presença, o vogal Paulo Almeida escreveu e leu uma declaração que consta da acta nº. 5, hoje aqui apreciada, referindo-se aos poderes e consequente actuação do Presidente da Assembleia, que se vem assim na necessidade de voltar a um assunto, que desejava ver por terminado.

Nessa declaração faz reparos a imprecisões que encontra na minha intervenção de 24 de Fevereiro, que o visam directamente.

Com a declaração que fiz na sessão da Assembleia de 24 de Fevereiro e com a de hoje, pretendo honestamente, clarificar a envolvência do Presidente da Assembleia neste assunto.

Na de 24 de Fevereiro tinha a intenção de fazer outras considerações, que podiam talvez ter posto ponto final no assunto. Não o fiz, dada a ausência do visado, que não podia exercer, no momento, o direito de contraditório.

Ao ler agora a minha declaração feita em 24 de Fevereiro, tenho que reconhecer não ter usado de pontuação rigorosa, ao colocar um ponto de exclamação no final de uma frase, onde devia ter utilizado um ponto final.

Mas leia-se a frase **com boa intenção** e verifica-se que apenas se pretende reforçar uma constatação. Mas o vogal Paulo Almeida não está com meias medidas e, a propósito, acusa: **“com carregada ironia, atento o ponto de exclamação com que termina a frase”**.

Afirma de seguida, que sempre soube, sabe e saberá no futuro onde entregar os boletins. Não se duvida disso, nada foi alterado desde os seus dois anteriores

mandatos, até ao dia 29 de Dezembro de 2005, nem daí até hoje. O local de entrega é o mesmo e continua a ser utilizado por todos os membros desta Assembleia, que tenham direito a reaver despesas de deslocação.

Diz que terei mostrado alguma estranheza, pelo facto do segundo boletim ter sido enviado directamente ao Presidente da Assembleia, o que daria a entender que ele desconhecia o funcionamento dos órgãos autárquicos, ou que o teria feito ao sabor de alguma conveniência, atenta a sua pratica anterior.

Como não era habitual, de facto estranhei.

Só a partir da entrada em vigor da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro é que, **expressamente**, é atribuída ao Presidente da Assembleia Municipal a competência para autorizar essas despesas.

É também esta Lei, que obriga a existência de um orçamento específico para as despesas da Assembleia, no Orçamento da Câmara.

Mas, quer antes como depois, houve sempre entendimento tácito entre os presidentes dos dois órgãos, no que respeita ao pagamento aos membros da Assembleia, das ajudas de custo, senhas de presença, deslocações, ou outras despesas justificadas.

Como é óbvio, a competência atribuída por esta Lei, só pode ser exercida, depois de o órgão processador, que funciona na dependência directa do Presidente da Câmara, se pronunciar favoravelmente.

No caso em apreço, por ter sido enviado um boletim de substituição, directamente ao Presidente da Assembleia Municipal, não se alterou a forma de o processar, nem as competências do Presidente da Assembleia deixaram de ser rigorosamente respeitadas.

Não creio que o vogal Paulo Almeida possa ter pensado, que a alteração do conteúdo e a entrega do boletim por via diferente da que conhecia e lhe era habitual, determinaria alteração de procedimentos, ou que o absolveria do pecado original.

Vale a pena ler a última parte da declaração, do vogal Paulo Almeida passando a cita-lo: *“Porém, não pode o signatário ignorar o facto de que o órgão de que é membro é a Assembleia Municipal e de que esta tem um Presidente, **cujas competências devem ser rigorosamente respeitadas** tal como se acham estatuídas no artigo 54.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em especial aquelas que dizem respeito à matéria de **autorização de despesas** tal como estão reguladas no n.º 2 do artigo 54.º e no artigo 68.º, n.º 1, alínea g) in fine do mesmo diploma.*

Sem outros comentários, apenas direi, que para nos facilitar a todos, bastaria referir o n.º 3 do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de que é membro.

É cópia fiel do artigo 54.º e está mais ao nosso alcance.

Este assunto teve início em 29 de Dezembro de 2005.

Com a habilidade que lhe é reconhecida, escreveu o Vogal Paulo Almeida “Em sua defesa”, sem nada defender, entendeu fazer mais esta oportuna intervenção, para mostrar que esteve presente na sessão de Abril, sempre focando assuntos marginais, que nada têm a ver com o essencial que o caso envolve e cuja resolução sabe depender dele.

Gostaria que o Vogal João Paulo Almeida interpretasse as intervenções que tenho feito, no âmbito das minhas competências institucionais e também dos meus direitos políticos.

Nada de pessoal, tenho contra ele.

Sempre travámos combates políticos, com correcção e respeito mútuo.

Espero continuar a fazê-lo, desde que entenda actuar na legítima defesa dos interesses do meu concelho.”-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Já no período da Ordem do Dia, deu-se início à Ordem de Trabalhos, com a leitura do relatório do Senhor Presidente da Câmara, conforme ponto 1) da referida Ordem de Trabalhos: **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.** -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para solicitar se, tendo em conta que o documento lido é longo, seria possível ser entregue cópia do mesmo às bancas desta Assembleia. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa intervém para informar que esta é uma informação que deve ser lida, não há o hábito de outras Assembleias Municipais fornecerem cópias da mesma aos seus membros e no caso de necessitar de alguma informação nela contida, poderá solicitar a mesma à Câmara Municipal. -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva solicita informação sobre o programa de combate à desertificação, pois tem conhecimento que Mação é uma zona piloto deste programa, que teve lugar em Mação, uma reunião de trabalho sobre este programa. Refere ainda que o Sr. Eng.º Vítor Louro terá proferido a opinião de que em Mação o

Programa de Combate à Desertificação falhou e solicita parecer da Câmara sobre esta observação. -----

--- A Vogal Preciosa da Silva Marques intervém para referir que, se o relatório apresentado é longo isso prova que são muitas as actividades e programas em que está envolvido o executivo. -----

--- O Vogal Vítor Silva intervém para referir que muitas vezes, o que torna difícil a compreensão de um documento como o que foi apresentado é também a conduta de alguns membros da Assembleia que falam entre si durante a leitura do mesmo. -----

--- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que a bancada do PS não se aborrece com a leitura da listagem de obras e actividades da Câmara e congratula-se com o facto das mesmas serem numerosas. -----

- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que não compreende e tem dificuldade em considerar credível a afirmação que o Vogal Luís Sérgio da Silva referiu como tendo sido proferida pelo Sr. Eng.º Vítor Louro, uma vez que foi o próprio Eng.º Vítor Louro que promoveu a reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, em Mação, em 2 de Março deste ano, para delinear o trabalho do ano internacional, que decorre e foi ele próprio que convidou o Sr. Ministro da Agricultura a fazer a primeira reunião de conversa com a população em Mação, e que vão decorrer por todo o país, por isso estranha que o Sr. Eng.º Vítor Louro tenha emitido claramente essa opinião. -----

Afirma ainda que, no dia 23 de Junho de 2006, na reunião do Sr. Ministro da Agricultura com a população, o mesmo disse: “Mação tem possibilidade de ter apoio na área da competitividade, como a floresta e o olival, bem como subsídios para medidas agro-ambientais”, e isto só é possível porque há trabalho de base feito, portanto considera que não é enquadrável o que ouviu que foi dito pelo Sr. Eng.º Vítor Louro. -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para afirmar que se referiu a um artigo da revista Quercus de Maio/ Junho de 2005 em que o Eng.º Vítor Louro afirma que o processo de combate á desertificação em Mação falhou. Considera que este processo não é da responsabilidade da Autarquia mas sim de um conjunto de entidades, e neste contexto, solicita o parecer da Câmara sobre o que é que falhou neste processo. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que, no seu entender, nada falhou, o Executivo continuará a fazer e continua a questionar-se sobre a afirmação

do Sr. Eng.º Vítor Louro, pois foi ele que chamou a Mação as reuniões com a comissão Nacional de Combate à Desertificação, e com o Sr. Ministro da Agricultura, esteve presente em Mação, nas reuniões e fez bastantes elogios ao trabalho da Autarquias. -----

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para referir que o Sr. Ministro da Agricultura, nesta sala, disse, dirigindo-se ao Sr. Eng.º Vítor Louro, que lhe agradecia por o mesmo ter escolhido Mação pois este era o melhor Concelho para começar este ciclo de reuniões. -----

--- O Vogal Duarte Marques intervém para afirmar que o problema da desertificação não é um problema de Mação, é um problema do interior do País. -----

Considera que todos os Governos têm falhado relativamente a este problema que afecta todo o interior do País. Refere que é um trabalho a longo prazo para tentar manter as pessoas que estão e tentar atrair outras para virem, as condições vão sendo criadas e por exemplo, neste momento, em Mação as escolas têm mais qualidade, os jovens não precisam de sair;

Considera que a diferença de tratamento entre o Litoral e o Interior é antiga e que agora é necessário lutar, com um conjunto de medidas que fazem parte de um plano estratégico a longo prazo, que dará os seus frutos pouco a pouco e é assim que o Município de Mação está a trabalhar. -----

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para afirmar que bastaria, aos membros desta Assembleia conhecerem um pouco da actividade da Autarquia nos últimos 6 anos para se questionarem sobre as afirmações que aqui apresentaram, do Sr. Eng.º Vítor Louro, que se encontram, de certeza, descontextualizadas. Afirma ainda que o Executivo vai tentar esclarecer esta situação junto do Sr. Eng.º Vítor Louro. -----

--- Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa põe à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação da Adesão do Município de Mação ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro ( já aprovado no mandato anterior ).** -----

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que este ponto já não é um assunto novo pois já no mandato anterior foi aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal. Informa que o facto do Município de Abrantes ter desistido da sua adesão, o que veio obrigar a uma reformulação de todo o enquadramento existente. Também o Município do Entroncamento, na altura, não conseguiu tomar uma posição definitiva e só agora vai aderir ao sistema. Os novos dados, neste momento, são a adesão de Mação, Entroncamento, Sardoal, Vila Nova da Barquinha e Alcanena, ou seja, a saída

de Abrantes e a entrada de Entroncamento e esta alteração é importante pois altera os dados a nível de área e numero de habitantes. Informa ainda que, com esta remodelação, o período de vida útil desta exploração passa de 30 para 36 anos o preço da tarifa manter-se-á durante a vigência desta exploração e o sistema vai proporcionar a antecipação dos dividendos às Autarquias para que as mesmas possam integrar o capital social do sistema. Se for hoje aprovada a adesão do Município de Mação ao Sistema, no segundo semestre deste ano já haverá algumas obras no terreno. Está inerente a esta adesão a reformulação das ETAR'S do Concelho, nomeadamente a de Mação que tem problemas, é inerente também a esta adesão a construção da barragem da Ribeira de Eiras que é um grande Investimento e também um pré-acordo de adesão para o sistema como possível de negociação com as Autarquias e já há um protocolo assinado com as mesmas para projectos em carteira que possam vir a ser concretizados no futuro.

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para fazer a seguinte declaração: “ Não tendo sido fornecidos aos membros do Partido Socialista a indispensável documentação que suporta a proposta de adesão ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro, entendemos que não estamos em condições de participar na votação deste ponto, no entanto, entendemos que, como principio, é importante a eventual adesão ao referido Sistema e nesse sentido propomos que o assunto volte a ser debatido na próxima Assembleia e que atempadamente sejam disponibilizados à bancada do Partido Socialista todos os elementos necessários a uma correcta análise e respectiva votação. -----

- O Vogal Manuel Dias intervém para referir que considera a intervenção da bancada Socialista completamente despropositada porque esta adesão já foi aprovada anteriormente por unanimidade nesta Assembleia e se as alterações foram somente as que o Sr. Presidente enumerou e que são benéficas para o Município, não consegue entender esta posição. -----

- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, apesar de vir referido na Ordem de Trabalhos que já houve uma aprovação no mandato anterior, a mesma refere também discussão e votação, e para haver uma discussão do assunto é necessário haver conhecimento sobre o mesmo e a bancada do Partido gostaria de ter informação sobre onde vão ser feitas as captações, que população vai ser envolvida, que ETAR'S que povoações, que custos... assim, não podemos discutir um assunto que desconhecemos. -----

Considera que deveriam ser disponibilizados os documentos, que concerteza existem, sobre este assunto para permitir uma discussão consciente e com conhecimento, apesar de considerar que esta adesão será importante para o Concelho e será provavelmente o caminho a seguir. -----

--- O Vogal Hélder Luís Pereira intervém para questionar sobre se esta questão foi anteriormente discutida em reunião da Câmara e qual foi a posição dos Vereadores do Partido Socialista relativamente a esta questão. -----

--- O Sr. Presidente informa que este assunto foi discutido em reunião de Câmara e a adesão foi aprovada por unanimidade. -----

- O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que a posição do Vogal Luís Sérgio só deveria ter sido tomada se, após colocar as questões que entendesse necessárias, as mesmas não fossem suficientemente esclarecidas pelo Executivo.

Relativamente ao assunto em discussão, refere que esta não é uma politica do Município mas sim Nacional, que o Governo defende e que tenta que seja implementado no território nacional. Este é um negócio claro e transparente entre o Governo e 19 Autarquias da região para ter acesso a fundos Comunitários disponíveis. -----

Quanto a infraestruturas, na adesão está formalmente assegurada por parte da empresa a execução do projecto que esta Autarquia fez em 1996 em que foi desenvolvido um processo para resolver definitivamente o abastecimento de água ao Conselho de Mação e que passava pela construção de uma barragem, que é a forma correcta de ter alguma segurança, pela construção de uma única estação de tratamento para todo o Concelho, da distribuição dessa água tratada em condutas para todo o Concelho, exceptuando a Freguesia de Cardigos que, por uma questão de quota, fica fora do projecto. -----

Informa ainda que, para o Município de Mação, é completamente inviável efectivar deste projecto sozinho pois este é um investimento de 12 milhões de euros a única forma de ter acesso aos fundos comunitários para este efeito é aderindo a esta empresa multimunicipal. -----

Informa ainda que, para além da barragem, está prevista também a construção de dois grandes reservatórios junto a Mação assim como a construção das condutas elevatórias para o sistema. Assim, informa que está prevista a captação de água no local, tratamento da água no local, transporte de água para as Freguesias em condutas e sendo essa água tratada colocada nos depósitos. -----

Informa ainda que a tarifa a cobrar à Câmara de Mação pela água tratada e distribuída será igual para todos os Municípios aderentes ao Sistema e irá ter um agravamento substancial. Assim como a tarifa de saneamento que neste momento a Câmara de Mação não cobra aos munícipes mas que terá de pagar neste Sistema por cada metro cúbico de efluente que entrar nas ETAR'S. -----

Segundo os técnicos da empresa "Aqualis", que é uma empresa que distribui água a 15 milhões de pessoas em Espanha, sendo por isso muito experientes nesta área, este projecto é de um grande nível técnico e está bem executado e requer apenas uma alteração que seria a substituição dos tubos em PVC por tubos de PEX que são ligeiramente mais caros mas mais fiáveis. -----

- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, dada a importância deste assunto, deveria ter sido facultada aos membros desta Assembleia toda a informação disponível para poderem também fazer alguma argumentação com conhecimento dos factos. No entanto, não é esta posição uma rejeição à adesão a este Sistema. É também muito importante a questão do preço da água que vai aumentar substancialmente para os consumidores. -----

- O Sr. Vereados Manuel de Jesus Serras intervém para referir que este assunto é muito importante, pois será a forma de resolver os problemas do Concelho na questão da água e do saneamento e não é fácil para todos os concelhos resolverem estes problemas. -----

Informa que, quando foi apresentado este assunto em reunião da Câmara, e considerando que esta adesão já tinha sido deliberada no mandato anterior, os vereadores do Partido Socialista entenderam que, por uma questão de princípio, seria conveniente reformar as negociações e retomar a eventual adesão que estava em vista ser concretizada e consideram que seria esse o bom caminho a seguir. -----

No entanto, compreende a posição dos membros da bancada do Partido Socialista pois os mesmos foram chamados a uma prestação diferente, analisar, discutir e votar esta questão. Entenderam que o Partido Socialista deveria também ser responsabilizado por esta atitude e procedimento e por isso será lógico que solicitem mais dados para que possam votar com conhecimento pois este é um assunto muito importante e que vai ser muito importante para o nosso Concelho nesta área. -----

- O Vereador António Louro intervém para referir que era importante que este processo não fosse atrasado pelo Município de Mação, propõe que após o intervalo desta secção seja feita uma apresentação e disponibilizada a informação de que o

Executivo dispõe, pois o Sistema Multimunicipal das Águas de Centro levou 2 anos para aceitar a nossa adesão e é importante que neste momento não sejamos nós a provocar mais atrasos. -----

Esta proposta foi aceite por todos os membros da Assembleia.

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que, neste momento vai proceder-se a um intervalo para almoço e a sessão retomará os trabalhos às 15 horas. -----

--- Pelas 15 horas foi reaberta a sessão desta Assembleia Municipal pelo Sr. Presidente da Mesa. -----

--- Foi distribuído a todos os membros da Assembleia documento escrito sobre a proposta de Adesão do Município de Mação ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro. -----

--- O Vereador António José Louro intervém para informar que o documento entregue é a informação entregue pelas Águas do Centro com os elementos sobre o Concelho de Mação. -----

Seguidamente o Sr. Vereador fez uma apresentação do documento distribuído a todos os membros, e que fica arquivado nos documentos da presente sessão. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para fazer ouvir a todos os membros presentes uma explicação telefónica do Sr. Eng.º Vítor Louro em que o mesmo explica que, a declaração feita à revista Quercus e mencionada nesta sessão pelos elementos do Partido Socialista sobre o combate à desertificação no Concelho de Mação, é um texto antigo, que não tem nenhuma referência ao trabalho que está a ser desenvolvido presentemente pelo município de Mação. Afirmou ainda que, nesta área de luta contra a desertificação, o trabalho que está a ser desenvolvido é exemplar. -----

O Sr. Presidente considerou assim explicada a questão sobre a declaração do Sr. Eng.º Vítor Louro, anteriormente mencionada nesta Assembleia. -----

- O Sr. Vereador António Louro continua a sua intervenção referindo que, com base neste documento de adesão, tudo fica mais claro, ficando a Câmara a saber quais as suas ETAR'S, para onde é que deverá direccionar as suas atenções e quais as intervenções necessárias. -----

Informa ainda que, neste momento, está presente uma intenção das Águas do Centro de passar a aceitar a baixa, ou seja, muitos dos locais que antes não aceitavam, passando a fazer a entrega da água dos depósitos ao consumidor. -----

- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para colocar algumas questões:

- Qual a localização da barragem que vai ser construída.
  - Estão previstas expropriações dos terrenos para possibilitar a construção da barragem?
  - Solicita informação sobre como é que a Freguesia de Carvoeiro não foi integrada neste projecto quando se verifica que o sistema de saneamento de Carvoeiro está em ruptura.
  - Solicita informação sobre se as populações que não são abrangidas pelo sistema de saneamento como as outras.
  - Considera que o empolamento do número de população residente no Concelho é elevado assim como a previsão do crescimento de população, o que é prejudicial
- O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que a barragem será construída entre as povoações de Pereiro e Castelo. -----
- Relativamente ao problema das expropriações, esse será um problema da empresa, a Câmara dá o projecto e a execução é da responsabilidade da empresa. -----
- Sobre a ETAR de Carvoeiro, informa que a mesma não foi aceite como algumas outras do Concelho também não foram aceites e não foi por estar em mau estado mas sim pelo número de habitantes que serve pois a empresa tem regras iguais para todos os municípios aderentes. A partir da adesão este será um problema da Câmara que terá de procurar solucionar os problemas dessas ETAR'S o melhor e o mais rapidamente possível. -----
- Relativamente á taxa de saneamento informa que, na sua opinião pessoal, só deverá pagar taxa de saneamento quem tiver um serviço em condições mas esse será um problema a ser discutido e decidido pelo Executivo na altura correcta. -----
- Relativamente ao empolamento da população, e do seu crescimento, esse facto é devido a que o número base considerado é o mencionado no projecto e também que, para justificar um investimento como o que vai ser feito e a construção da barragem, não podemos dar uma informação diferente. Além disso, não podemos esquecer que estamos no domínio do " se ", são projecções, que podem ser um pouco empoladas mas necessárias para justificar um montante de investimento tão elevado. -----
- A Vogal Preciosa Marques intervém para afirmar que, no final das explicações ficou convicta que este é um projecto para ser aceite e a adesão ao Sistema Multimunicipal das Águas do Centro deve ser uma realidade. Relativamente ao empolamento do número da população do Concelho, considera que é uma estimativa e como todas as

estimativas pode não ser real, mas se este empolamento é para fazer vantagens para o Concelho, então deve-se aceitar essa estimativa. -----

--- O Vogal Manuel Dias agradece todas as explicações que foram prestadas pois todos ficaram muito mais esclarecidos. Lamenta que a ETAR de Carvoeiro não tenha sido integrada no sistema mas compreende que a empresa tem as suas regras. Refere ainda que esta é a realidade do Concelho de Mação, que tem mais de 120 aldeias e acontece que, por exemplo, o Carvoeiro, uma sede de Freguesia, só tem pouco mais de cem habitantes e terá de ficar fora do sistema, -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para afirmar que a bancada do Partido Socialista decidiu votar esta proposta, após entrega e explicação do documento mas informa que, no futuro, não discutem nem votam pontos de Ordem de trabalhos que não venham acompanhados de documentação necessária. -----

Posto à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. --

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata. ----

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa põe á discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **Nomeação de Juizes Sociais, conforme disposto no Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho.** -----

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para referir que a legislação sobre a nomeação de Juizes Sócios tem já 28 anos e nunca foi solicitado até agora, nem à Câmara, nem à Assembleia Municipal a nomeação dos mesmos, no entanto, agora foi solicitada essa nomeação pois os Juizes, muitas vezes, actuam numa forma uniformizada, sem ter em conta os determinados contextos e enquadramentos culturais e por isso seria importante terem, em determinadas áreas, pessoas envolvidas na sociedade e conhecedoras de determinadas dinâmicas sociais que ajudassem o Tribunal a decidir com mais e melhor qualidade. Neste caso, somos chamados a pronunciarmo-nos numa das 3 áreas previstas na lei, que é a área do Tribunal de Maiores. Mais informou que a Câmara Municipal já aprovou uma lista de 30 pessoas: - Fernando Manuel Afoito, António Manuel Tavares Martins, Maria Augusta Lopes, Raúl Loureiro, Pedro Manuel Jana, Anabela Bento, Dulce Isabel Rodrigues, Elisabete Heitor, Hélia Parente, Nuno Silva, Paula Mousaco, Alexandra Lourenço, Margarida Cardoso, Olga Pereira, Margarida Castanho, Carlos Pedro, Eulália Ribeiro, Tânia Pires, Célia Pires, Raúl Simões, Jaime Conde, Fernanda Lourenço, Vera Silva, Alice Luís, Jorge Dinis, Elsa Canas, José Garcia, Paulo Serras, Margarida Lopes, Carla Pépio; que será posta à consideração desta Assembleia.

- O Sr. Presidente da Mesa colocou á votação o ponto3) da Ordem de Trabalhos.
- Procedeu-se à votação, por escrutínio Secreto tendo o seguinte o resultado da votação: 2 votos brancos

2 Votos contra

12 Votos a favor

Assim, a lista apresentada para a nomeação dos 30 Juízes Sociais nela apresentados foi aprovada por maioria. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata. ----

--- Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental.** -----

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que esta revisão foi necessária por duas razões fundamentais:

--- Há obras que o Executivo ainda quer ver aprovadas até ao final do ano no programa do Eixo 1 e têm se ser submetidas até ao final do ano e por isso foi necessário reforçar as rubricas dessas obras que são, nomeadamente, o Auditório Municipal, a expansão da Zona Industrial das Lamas, a Rua da República, o Calvário e a ETAR da Ortiga. -----

--- O Orçamento aprovado para 2006 era um Orçamento elaborado com muita contenção e veio a verificar-se que as receitas foram superiores ao previsto, num montante aproximado de um milhão de euros e por isso foi necessário reorganizar o Orçamento. -----

--- O Vogal António Matos Marques intervém para referir após análise do documento, verificou um corte na rubrica das Associações sem fins lucrativos e solicita ainda explicação para um argumento de 20% na rubrica das despesas com pessoal. -----

--- O Sr. Vereador José António Almeida informa que não houve qualquer corte no apoio às Associações do Concelho, mas muitas vezes os subsídios atribuídos num ano nem sempre são pagos às Associações nesse mesmo ano, pois muitas vezes verificam-se atrasos na entrega dos relatórios de Actividades o que pode acontecer é uma dilação no tempo. -----

- O Sr. Vereador António Louro, relativamente ao aumento das despesas com pessoal, informa que o Orçamento inicial foi feito com uma contenção extrema, dai que os valores foram calculados ao cêntimo e neste momento estamos a meio do ano e houve rubricas que não foi possível conter como se esperava. Assim, houve necessidade de se fazer algumas alterações orçamentais e foi retirado algum dinheiro

da rubrica do pessoal pois é uma rubrica que é dotada de um valor para todo o ano e agora é necessário recolocar o valor para voltar a ter o equilíbrio inicial. Informa ainda que estas são movimentações contabilísticas normais.

- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para informar que, por Despacho da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Educação, deste mês, é recomendado a todos os Municípios manterem as Escolas e Jardins de Infância abertos 8 horas por dia, o que vai exigir um esforço da Autarquia com os recursos humanos nas Escolas e Jardins de Infância

--- O Vogal Luís Sérgio Silva solicita informação sobre um reforço de 40 mil euros na rubrica de equipamento de transporte. -----

--- O Sr. Vereador Louro informa que o tractor Mercedes está inutilizado e esta verba é destinada a adquirir um tractor novo e uma DAF que a Câmara comprou em segunda mão. -----

- O Vogal Luís Sérgio Silva questiona a Câmara sobre se vai ser adquirido um carro novo para a Presidência. -----

- O Sr. Presidente da Câmara informa que vai, na realidade ser adquirido um carro para substituir o Volvo que a Câmara tem pois o mesmo está muito velho e já não tem a segurança necessária para grandes viagens. -----

O novo carro é um volvo, vai ser comprado através da Central de Compras do Estado e vai ser pago em Leasing. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou á votação o ponto 4) da Ordem de Trabalhos e o mesmo foi aprovado por maioria com 9 abstenções. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **Política do Município para a Floresta.** -----

--- O Sr. Vereador António José Louro iniciou a sua intervenção mostrando alguns slides dos incêndios de 2003 no Concelho de Mação. Refere que este cenário poderá repetir-se no nosso Concelho com a perda de bens e mesmo de vidas humanas, o que ainda não nos aconteceu mas que já se verificou noutros Concelhos. Afirma que as condições para que isto volte a acontecer estão criadas de novo, junto às nossas casas, junto às casas das nossas aldeias, no meio das nossas aldeias, estão por todo o lado.

Refere que, após os incêndios de 2003, a Câmara começou logo a falar e a reflectir sobre as causas e em 2003 muito poucas pessoas diziam que esta situação que estávamos a viver tinha a ver com o completo desordenamento do território, com a

morte da agricultura e com a consequência desse desaparecimento e com o facto disto ter mais a ver com problemas de desenvolvimento territorial do País do que com incendiários, isto tem a ver com o colapso do sistema agrícola sem sermos capazes enquanto País de por nada no seu lugar. Este discurso não era normal em 2003, não foram postas as culpas nos incendiários, nos bombeiros, na falta de meios aéreos, foi afirmado pela Câmara que a situação estava tão grave devida às razões estruturais que têm a ver com todas as políticas que os Governos têm seguido neste País nos últimos 40 anos, de abandono do território, de abandono da agricultura enquanto forma de humanizar o território e que este era o preço que estávamos a pagar por todas essas políticas. -----

Foi analisado o que tinha sido feito pela Autarquia e num acto de contrição e de avaliação das suas responsabilidades foi à procura do que poderia ter feito e dificilmente poderia em 2003 esta Autarquia ser melhor “aluno” das políticas nacionais do que era pois Mação era considerada uma Autarquia modelo que fazia muitos caminhos florestais, tinha tanques por todo o território, tinha rede de vigilância própria e a mensagem que foi levada a toda a gente foi que tudo isto é importante mas não queiram fazer crer, nos sítios onde ainda não ardeu, que isto é a solução para os problemas porque em Mação ficou provado que tendo tudo isto não estamos preparados para os grandes incêndios florestais e quem cair nessa asneira para os próximos anos terá problemas como Mação teve. É preciso fazer isto tudo mas também é preciso ir fundo noutros assuntos, não basta caminhos, estradões e vigilância, é necessário ordenar o território, diminuir as cargas combustíveis, compartimentar a floresta. E a dúvida que se nos foi colocada em 2003 foi esta, e agora o que vamos fazer? -----

Uma coisa nós percebemos, que o incêndio de 2003 foi a prova que a forma como víamos a floresta está completamente ultrapassado pois numa vez só, num Verão, perder 20.000 hectares, ver a freguesia de Envendos arder que tem 11.000 hectares em seis horas demonstrou que alguma coisa de errado andávamos a fazer. Então percebemos que tínhamos que aproveitar aquele momento político, em que Mação era o centro das atenções, tínhamos que aproveitar a sensibilização que a população do Concelho tinha naquela altura para fazer alterações profundas, ir à procura do problema e tentar resolvê-lo. Queríamos uma floresta sustentada mas sabíamos que isso não é possível sem uma mudança profunda nas mentalidades e levámos este recado a toda a gente: só mudando a vontade das populações, só tendo planeamento

na floresta, só mudando a gestão do território, só com dinheiro, só com muito trabalho, só continuando a manter as infraestruturas que possuímos e continuando a fazê-lo no futuro, só tendo uma primeira intervenção com qualidade e melhorando muita coisa no combate é que este assunto se poderia resolver. Este recado é dirigido a todos nós e só haverá floresta sustentável se a mudança for nacional e tem de ser uma mudança grande e mesmo assim ninguém poderá garantir que não haverá de novo problemas com incêndios porque a floresta arde. Este recado não era o que as pessoas queriam ouvir em 2003, as pessoas queriam era ajuda para o concelho e subsídios para toda a gente que tinha sido afectada com os incêndios, no entanto tivemos a coragem de fazer este discurso e, ao contrário do que fizeram outras muitas Autarquias que ficaram comodamente à espera que o Governo arranjasse as soluções, tivemos a ousadia de, aqui em Mação, chamar aqui o Director Geral de Florestas, o Secretário de Estado das Florestas e dizer-lhes que queríamos mudanças profundas, e mostramos o caminho em que queríamos que elas caminhassem. E a Autarquia de Mação pediu uma rede de aceiros de nível municipal, ou seja, umas linhas fortes que quebrassem a forte mancha de floresta em áreas que tivessem à sua volta uma infraestrutura de protecção para que, se houvesse um incêndio, ele ficasse contido apenas dentro duma área entre os aceiros. Esta ideia foi adoptada pela Comissão Regional de Reflorestação, foi proposta para toda a região, foi assimilada pelo Governo e está prevista no Decreto-Lei 124/2006, o que demonstra que a nossa proposta de 2003 tinha valor e é hoje lei neste País. Na altura nós dizíamos que sem ordenamento não era possível atingir os objectivos e pedimos ajuda para fazermos um Plano Municipal de Ordenamento para tentar por ordem e criar regras para mudar a nossa floresta e o que era novo na altura é agora recomendado na Lei de Bases da Política Florestal aos Municípios que façam Planos Municipais de Ordenamento e que transfiram essas indicações para os PDM para lhe darem força legal. Como sabíamos que isto não era suficiente, pedimos também que, para termos compartimentação na floresta ela seria sempre cara de manter e a forma mais rentável de ter essa compartimentação era ter culturas agrícolas no meio e mantendo essas culturas teríamos terra sem combustível, ganharíamos dinheiro, justificaríamos a presença das pessoas no território e por isso considerámos fundamental apostar no olival, na vinha, no medronho e no limão como culturas dentro do espaço florestal e pedimos ajuda para os projectos de reflorestação e que estas culturas fossem incluídas e pagas como áreas florestais para que não fosse

necessário fazer um projecto separado para fazer um olival no meio de uma plantação de 200 ou 300 hectares. Percebemos que o tempo do mini fundio tinha acabado, já não temos pessoas para tratarem de oitenta mil propriedades e por isso pedimos um sistemas que agrupasse os proprietários e lhes desse capacidade técnica, que olhando para o território e com uma área nunca inferior a 1000 hectares, se fizesse um projecto estruturado para toda aquela área, com uma comissão de gestão e que o Estado pagasse a ajuda para esse território e hoje este modelo chama-se ZIF, ou seja, a proposta de Mação ao Governo hoje é lei e hoje é a receita do Governo para todo o território. -----

A Autarquia de Mação pediu que o Governo investisse fortemente na criação deste modelo e pediu uma comparticipação de 120% para que, além de terem tudo pago, os proprietários tivessem ainda apoio para a manutenção necessária enquanto não tivessem rentabilidade para que não se perdessem nas primeiras dificuldades. O governo publicou uma portaria em Maio onde diz que as ZIF's são comparticipadas em 100% nas despesas de instalação nos povoamentos e é claramente para mostrar que as ZIF's vão ser fortemente apoiadas e que o Estado já percebeu que tem de ajudar na reflorestação. -----

Podemos hoje concluir que a proposta desta Autarquia em 2003 contemplava exactamente aquilo que se veio a tornar a politica nacional e tudo aquilo que pedimos veio a tornar-se receita nacional e hoje as nossas propostas de 2003 são lei para todo o País. -----

A primeira ajuda que recebemos após os incêndios de 2003 foi do Governo Suíço que ao princípio tinha como objectivo pagar os pinheiros queimados e as cabras mortas às pessoas mas isso não traria nada de retroactivo para o Concelho e por isso a Autarquia decidiu que esse dinheiro deveria ser aplicado na tentativa que não se voltasse a repetir a catástrofe de 2003 e apresentámos aos suíços uma série de projectos e assumimos um compromisso em que foram investidos 600.000 euros do Governo Suíço e 180.000 euros do orçamento da Autarquia. Além disso, aproveitando as linhas que o Governo entretanto pôs à disposição e foram feitas faixas de baixa densidade e limpeza de linhas eléctricas pois é fundamental fazer alguma coisa para tentar proteger a floresta que nos resta porque senão vamos perder tudo. -----

Fizemos ainda mais uma coisa da qual ninguém se tinha ainda lembrado em termos nacionais que foi dotar todas as aldeias um equipamento de auto-protecção e o que era uma inovação, hoje está previsto na legislação e é uma das competências das

Comissões de Defesa da Floresta criar agrupamentos de auto protecção nas aldeias e dotá-las de equipamento e dar-lhes formação. Fizemos uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente com a qual estamos a elaborar o Plano Municipal de Ordenamento da Floresta e temos também uma candidatura aprovada para sensibilização e informação. E portanto, fechámos um ciclo, conseguimos melhorar a nossa estrutura de Protecção Civil, conseguimos dotar o Concelho de infraestruturas florestais e estamos num momento crucial e o recado que temos é simples : não pensem que com estas infraestruturas estamos a salvo, não pensem que o problema está resolvido, não pensem que 2003 não volta pois estas infraestruturas têm somente como objectivo criar as mínimas condições de segurança para se tentar conter os incêndios, para aumentar o nível de segurança das populações e para criar no território linhas onde seja possível executar operações de contenção, são mais um pequeno passo mas não são o passo definitivo. -----

De 2003 para cá houve mudanças em vários aspectos no combate a incêndios florestais:

- em 2003 a pessoa que coordenava os bombeiros chamava-se coordenador e a sua função é juntar interesses, trabalhá-los e tentar apaziguar as coisas e isso numa situação de crise não funciona e o governo percebeu que tinha que alterar as coisas e hoje temos um comandante de operações de socorro que tem o seu lugar assegurado numa estrutura, tem as suas funções claramente definidas e que a lei diz que numa situação de emergência terá poder praticamente absoluto. -----

- em 2003 e desde há muitos anos que em Mação se vêm utilizando máquinas de rastos no combate aos incêndios florestais sendo um dos poucos locais onde isso acontece e hoje é recomendada a actuação das buldozers em todos os incêndios florestais, é recomendada a existência de máquinas em prontidão e é recomendada como uma técnica altamente eficaz. -----

- o contra-fogo é uma coisa de que se fala há muitos anos em Mação, tem-se feito muito neste concelho mas em 2003 era associado à palavra “proibido” e hoje o Estado português dá formação e credita técnicos florestais para darem cursos de contra-fogo a bombeiros para que os mesmos possam executar acções de contra-fogo. -----

- Em 2003 ninguém sabia o que era o fogo controlado, até se confundia com contra-fogo, consiste em queimar em condições de segurança, no Inverno coisas que no

Verão podem ser um problema e hoje é recomendado, hoje está legislado e está explicado na Lei como se deve fazer. -----

- em 2003 a solução para os incêndios eram os meios aéreos, hoje, quando se fala em meios aéreos reconhece-se que são muito eficazes numa primeira intervenção, tem de ser racionalizada a sua utilização, são muito úteis mas não resolvem tudo.

- em 2003 o combate e a primeira intervenção num incêndio era um assunto dos bombeiros, hoje, fazem parte do dispositivo português de combate os bombeiros, os sapadores das celulosas, os sapadores florestais, as brigadas Agris, as brigadas de auto-defesa das populações pois isto é demasiado grave para ser resolvido só pelos bombeiros e a estrutura já integra toda a gente. -----

- a Protecção Civil Municipal em 2003 estava sozinha, isolada e sem ligações e dava o seu contributo porque tinha vontade de ajudar, hoje, em 2006 a Protecção Civil Municipal do nosso Concelho está englobada no Sistema de Defesa Contra Incêndios 2006 do Distrito de Santarém, tem uma posição oficial dentro do sistema. -----

- A solução para o problema dos incêndios era mais meios, mais bombeiros, mais carros, mais aviões e hoje o que se houve dizer todos os dias é que este problema só se resolve com mais ordenamento, mais gestão e mais racionalidade.

Como se vê, o país está a mudar, lentamente mas está a mudar.

A Autarquia também melhorou de 2003 para 2006. Tem mais um autotanque, mais uma buldozer e mais um porta-máquinas, a Protecção Civil é hoje um serviço dentro da Câmara com as pessoas identificadas, com fardamento apropriado, com viaturas identificadas das quais as pessoas esperam um determinado tipo de trabalho que em 2003 ninguém sabia muito bem o que era. -----

Em 2003 as viaturas da Protecção Civil tinham mais de 12 anos e com muitos problemas, em 2006 a Protecção Civil tem uma frota renovada e não será por falta de viaturas que a mesma não cumprirá o seu serviço. Em 2003, a comunicação rádio da Câmara era apenas utilizada pela Câmara, pelos Bombeiros e pela GNR, em 2006 é utilizada pela Câmara, pelos Bombeiros, Pela GNR, pelos Sapadores, e pelo posto de vigia da Direcção Geral de Florestas. E pela primeira vez há a possibilidade de fornecer um rádio a um privado que esteja a ajudar no combate, ou a um Presidente de Junta que tenha um incêndio na sua freguesia. -----

Em 2003 o Conselho de Protecção de Aldeias não existia, hoje temos 57 aldeias dotadas de Kit de primeira intervenção, 11 Circulares de Segurança.

Em 2003 não havia sapadores florestais no Concelho de Mação e neste momento contamos com duas equipas de sapadores e duas viaturas todos os dias disponíveis para trabalhar na floresta. Em 2003 não havia nenhuma viatura de comunicações e em 2006 temos uma. Em 2003 os Bombeiros tinham 3 carros de combate e com graves problemas, hoje os carros estão em melhor estado e já são 4. Em 2003 não havia infraestruturas nas linhas eléctricas e hoje temos 116 km de linhas limpas que servem também de aceiros. Em 2003 não havia faixas de baixa densidade ao longo das estradas e hoje temos 150 km de faixas limpas ao longo das nossas estradas com melhores condições de segurança.

Em 2003, senti que a Câmara é que era a culpada, quando esta Autarquia é das que mais dá atenção a este problema, que em meia hora tem dois autotanques na frente de fogo, duas buldozers, um carro para abastecimento de gasóleo e trinta ou quarenta homens se for necessário, viu uma parte da população virar-se para a Autarquia como de a mesma tivesse culpa. As questões de combate são da responsabilidade dos Bombeiros, mas desde há muitos anos que a Câmara dá toda a ajuda que pode, por carolice, pois quando vê que a situação é grave vai ajudar com todos os meios e pessoas possíveis. No entanto, o papel da Câmara é assegurar as questões de logística, como por exemplo colocar uma buldozer onde o Comandante o solicitar, disponibilizar um auto-tanque com água, mas como em Mação as situações são sempre muito graves, a Câmara não se fica por aqui e coloca as coisas antes que as mesmas sejam pedidas pelo Comandante pois sabe que as mesmas vão ser precisas e este tipo de procedimentos não são muitas Câmaras do País a terem. -----

Relativamente a esta questão das mudanças, saiu no dia 28 de Junho de 2006, um Decreto-Lei que altera significativamente algumas das regras de funcionamento da nossa sociedade relativamente à floresta e tem como objectivos promover a gestão activa da floresta, implementar a gestão de combustíveis, reforçar as estruturas de combate a incêndios, dinamizar a sensibilização das populações e dos outros intervenientes e reforçar a vigilância e a fiscalização e o primeiro passo foi dividir, dentro do Estado as responsabilidades pelos intervenientes. -----

Neste diploma, as Autarquias passam a ser obrigadas a fazer um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ou seja, todas as Autarquias devem ter um documento a dizer como é que vão fazer em caso de incêndio e como é que se vão preparar nos próximos anos para estas ocorrências e as Autarquias que não o fizerem perdem o direito a todas as ajudas previstas. A partir de agora a EDP é obrigada a

limpar as suas linhas de alta e média tensão, a REFER é obrigada a limpar 10 metros para cada lado da linha e as Câmaras são obrigadas, nas suas estradas municipais a limpar, no mínimo 10 metros para cada lado da estrada e esta Lei é para todas as Autarquias do País que tenham floresta quer achem bem ou não. Este é um trabalho que a Autarquia de Mação já anda a fazer desde 2003 e esta Lei é a prova que não andávamos enganados. -----

Também neste Decreto-Lei vem explicito que os proprietários de habitações cercadas de floresta devem limpar 50 metros à volta das suas casas, é o dono do terreno que estiver à volta da casa que é obrigado a limpar, as copas das árvores não podem estar a menos de 4 metros umas das outras e em caso de árvores adultas pelo menos 50% da sua altura terá de ser limpa de ramos e é aconselhado que à volta das casas as pessoas criem uma área cimentada de um a dois metros à volta das paredes. Nos aglomerados populacionais, sempre que hajam mais de 10 casas juntas, tem de construir-se uma faixa de 100 metros à volta do aglomerado populacional e os proprietários são obrigados a limpar. -----

Isto prova que o País mudou, não está como em 2003 pois percebeu-se que tinham de se mudar os procedimentos e esta Lei é dura e tem coimas pesadas para quem não cumpre o que está legislado. -----

Em 2003 a Câmara de Mação deve ter sido das poucas, senão a única do País que cortou todos os pinheiros queimados que estavam em perigo de cair para a via pública, agora a Lei exige que sejam os proprietários das áreas ardidas, numa faixa de 25 metros junto às vias públicas, a cortar os pinheiros queimados que estejam em perigo de caírem para a via pública pondo em risco a circulação. -----

O recado que quer deixar é que o País mudou muito de 2003 para cá, aprendeu muito com todas as tragédias que aconteceram, estão a ser feitas muitas alterações que poderão demorar a ter impacto mas as coisas estão a mudar. -----

Para fazer mudança é necessário dinheiro e para se conseguir é necessário o acesso ao Quadro Comunitário de Apoio. O Sr. Ministro da Agricultura disse, em Mação, que 45% do dinheiro que a agricultura vai receber nos próximos 7 anos vai para o eixo um, que é o da competitividade, sendo os sectores prioritários, a floresta, o olival, a vinha e as hortofrutícolas, sendo que os sectores que vão ser mais apoiados são os de maior tradição em Mação. O Sr. Ministro da Agricultura deixou um recado muito directo em Mação, que foi a vontade de apoiar projectos de fileira que compreendam a produção, a transformação e a comercialização porque só assim se cria riqueza

numa região. O Sr. Ministro disse ainda uma coisa muito importante: “ as ZIF’s são fundamentais e não são um atentado à pequena propriedade mas sim a valorização da mesma. As ZIF’s têm de ter uma gestão activa e empresarial.”-----

Temos de mudar, ou mudamos ou não haverá apoios, e as ZIF’s são o instrumento que o Governo do País escolheu para apoiar o sector florestal e por isso é necessário formar associações para que não se percam as ajudas que restam. Para que as ZIF’s alcancem o sucesso desejado é necessária uma grande mobilização que implica “ todos “, implica uma mudança na mentalidade de muita gente, implica trabalhar e cooperar com todos no sentido de pôr esta valorização no nosso território.

Mas a floresta não é tudo, há outros sectores que com os produtores sozinhos não têm significado, como a apicultura ou o azeite. Os empresários da área da salsicharia perceberam que, apesar de estarem industrializados, só juntos estariam em condições de fazer face ao mercado. -----

O Sr. Ministro aconselhou a criação e a ajuda à criação de Associações pois é fundamental que os agricultores tenham Associações fortes. E neste sentido, a Câmara está a ajudar, não havia Associação em Mação para apoiar o mel e a Câmara ajudou, promovendo reuniões, juntando as pessoas e hoje já existe a Melbandos, que representa uma série de concelhos vizinhos, está acreditada, tem uma central meleira que vai iniciar a sua produção, está a fazer investimento e apesar de não ser perfeita está a tentar ir buscar as ajudas e está a tentar inovar o sector e hoje há um interlocutor para falar dos problemas do mel. Relativamente à floresta vivia-se o mesmo drama, os dinheiros do Quadro Comunitário estavam por gastar e ninguém tomava a iniciativa e então a Câmara convidou toda a gente e a Aflomação nasceu e hoje Mação é o Concelho do País com mais propostas de Zif em andamento legal, o que não aconteceria se a Aflomação não existisse. Com os produtores de presunto passou-se a mesma coisa, a Câmara conseguiu reuni-los, pôlos a falar uns com os outros e concretizar um projecto que tinha já quase 10 anos pois eles perceberam que precisam uns dos outros para maximizar esforços para que o sector tenha cada vez mais força. Relativamente ao azeite, com mais de vinte cooperativas ou associações não se vai a lado nenhum e ou se faz alguma coisa agora, enquanto ainda temos produtores e tradição, para salvar o sector ou daqui a 20 anos já não teremos azeite nosso. A Câmara já reuniu com todos, já lhes foi explicado o que a Câmara acha que deve ser feito para que se unam numa instituição com algum poder, com alguma competência para agrupar aqueles interesses. -----

No entanto, estas associações tem todas como objectivo a produção e por isso é necessário criar, no Concelho, uma estrutura que agrupe estas pequenas associações e que as ajude a resolver, não apenas o problema da produção, mas sim que tente promover a concentração dos produtos, a sua transformação, resolvendo problemas que são de todos e tente propiciar a normalização, o embalamento, o marketing e a comercialização e fazer aquilo que foi pedido pelo Sr. Ministro da Agricultura, projectos de fileira que englobem a produção, a transformação e a comercialização. -----

Se realmente queremos inverter o abandono e a desertificação no nosso Concelho é necessário criar uma entidade que se adequue àquilo que são hoje as regras do Quadro Comunitário, que tente criar uma política de desenvolvimento rural em que a Câmara seja parceira e em que estas entidades sejam parceiras no sentido de tentarem resolver os problemas destas fileiras. -----

A Câmara não sabe que entidade é esta, consideramos que o conceito é incontornável pois os nossos produtores são poucos, isolados, velhos, fracos e com pouca capacidade económica e ou alguém os ajuda ou vai acontecer como nos 3 Quadros Comunitários de Apoio em que viram os apoios passar ao lado. -----

O que o Executivo quis fazer hoje foi dar conta do resultado dos trabalhos efectuados e dos compromissos aqui assumidos em 2003 que foram cumpridos a 100% e dar à Assembleia uma ideia daquilo que é, na nossa opinião, o caminho a seguir para o futuro. Achamos que a Autarquia se deve aliar ao seu débil sector produtivo no sentido de ajudar a resolver os seus problemas pois se não tiverem ajuda, daqui a 10 ou 20 anos, estes sectores não existirão pois com todos os problemas que enfrentam não suportarão muito mais e deixarão de existir. -----

E o recado final é o mesmo desde 2003 : ainda há dinheiro para ajudar o Concelho de Mação mas não nos vêm cá trazer o dinheiro, é necessário fazer como disse o Sr. Ministro da Agricultura : “ é necessário que se organizem, que façam projectos de fileira, utilizem as linhas disponíveis e venham buscar aquilo a que têm direito.” -----

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que poderia ter sido disponibilizado em papel a todos os membros desta Assembleia a apresentação que acabou de ser feita pelo Sr. Vereador António Louro. -----

--- O Vogal Duarte Marques intervém para dar os parabéns ao Executivo e em particular ao Vereador António Louro, à sua equipa de trabalho e ao Dr. Monteiro,

Veterinário Municipal, pois ele é também um entusiasta de longa data destes projectos. -----

Considera uma vergonha absoluta o primeiro comentário que é feito após uma apresentação como a que acabámos de ver e ouvir, que nos deixa orgulhosos, ser uma observação sobre receber em papel a apresentação, considera este tipo de atitude como falta de honestidade política pois esta é uma apresentação para ser vista e ouvida nesta sala e depois comentada se assim for entendido. -----

Congratula-se com todo o trabalho que foi feito, especialmente as coisas que foram passíveis de críticas como as faixas de baixa densidade, o sistema macfire etc, que alguns consideraram loucura do Eng<sup>o</sup> Louro e que agora, o próprio Governo vem pôr em forma de Lei para todo o País. -----

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para referir que a apresentação feita pelo Sr. Vereador António Louro não foi um número de circo para ser aplaudida no final. Considera que foi uma apresentação de uma ideia e um conceito e o tempo em que foi feita não lhe permite pronunciar-se pois só faz comentários após estudar bem os processos e este não foi o caso, pelo que não tem nada a aplaudir ou repudiar. -----

--- A Vogal Preciosa Marques intervém para referir que se verifica aqui um pouco de ignorância do que se está a passar na realidade. Refere que as ZIF's são uma realidade e aquilo que foi apresentado foi baseado em Decreto-Lei já publicado, a Melbandos existe, a Associação dos Presuntos e da Salsicharia está a funcionar, esta não é uma apresentação de intenções mas sim uma chamada de atenção para o que está, para o que poderá vir a ser e para o incentivo das pessoas colaborarem com esse desenvolvimento. Esta não foi uma apresentação utópica nem lírica de uma situação que possa vir a ser real, esta é uma apresentação concreta. No anterior mandato foi apresentado em 2003 um projecto desta linha e nessa altura era realmente ainda um projecto utópico e de sonho, mas agora já não é porque o Governo, com base naquilo que foi aqui apresentado em 2003, chamou a si a responsabilidade de legislar e neste momento o que eram intenções em 2003 são agora factos em 2006 pois muitas das coisas foram já executadas em Mação. -----

O que ainda falta é a supra estrutura para tentar dinamizar as outras todas mas isto não é um projecto de intenções do Vereador Louro mas sim uma apresentação de um trabalho real e já legislado pelo Governo. -----

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para referir que, como elemento do executivo, sentiu-se ofendido, bem como o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Louro com

uma observação que aqui foi prestada. Informa que esta apresentação foi elaborada sobre legislação que tem 2 dias, foi com o maior respeito e com um grande grupo de pessoas que tiveram de trabalhar noite e dia para que esta apresentação fosse o mais recente e esclarecedora possível dentro da legislação que foi publicada no dia 28 de Junho. Este documento foi elaborado ontem, até tarde na noite e é verdadeiramente desagradável que o comentário do membro da bancada do Partido Socialista seja que lhe falta documentação. Lamenta que, após uma apresentação feliz do Vereador Louro tenhamos tido uma observação infeliz. -----

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para felicitar o Sr. Vereador António Louro pela apresentação feita e pela visão estratégica demonstrada na tentativa de mudar e remodelar as coisas e faz votos para que se consiga levar por diante muitas das coisas aqui apresentadas. Relativamente à observação do Vogal Luís Sérgio Silva refere que interpretou o pedido da documentação como interesse no que foi apresentado e como portador até dessa informação. -----

--- O Vogal Paulo Pires intervém para referir que conhece este projecto desde que ele foi apresentado no Cine Teatro e desde o início que não considerava este projecto como uma opção mas sim como a opção única pois para se desenvolver a floresta a única forma de captar o interesse das populações é tornar a floresta sustentável e a única forma de o fazer é acabando com o sistema de minifúndio, pois é muito diferente a forma de gerir e é impossível tornar rentável 80.000 propriedades no Concelho de Mação. Considera que este é realmente o caminho a seguir e seria realmente a solução a criação de uma supra estrutura que representasse a marca Mação na salsicharia, no mel, na floresta e no azeite. -----

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que toda a apresentação que fez só teve uma coisa de novo e tudo o resto foi dar contas do que o Executivo andou a fazer. Refere ainda que, aquilo que muita gente chamou de utopia ou sonho e foi para os jornais perguntar de onde é que viria o dinheiro, o Sr. Ministro da Agricultura veio a Mação responder que ele dá o dinheiro e estes instrumentos que estão disponíveis têm a assinatura deste Governo e é a política do Governo para a floresta e está disponível se nós a aproveitarmos. -----

Relativamente à parte final, afirma que o Executivo teve a humildade de não apresentar nenhuma solução, o problema foi equacionado e foi referido que há margem para a Autarquia desempenhar aqui um papel, para ser parceira desta gente que ainda tem vontade de fazer. Referiu que o Executivo deixou o recado de que

devemos organizar-nos e depois deixou à discussão a questão deixando claro que está este Executivo aberto a sugestões mas estando juntos do lado das nossas gentes e ajudá-los a resolver este problema. -----

Relativamente ao ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **Apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**, refere que este documento não tem que vir à Assembleia Municipal, pois é um documento que é elaborado pelos serviços, é aprovado pela Comissão Municipal para a Defesa de Fogos Florestais e que o Executivo envia a várias entidades do País. Tendo em conta o cariz do documento, o Executivo entendeu que era fulcral apresentá-lo na Assembleia Municipal pois era importante apresentá-lo e ouvir sugestões. Acontece que o documento foi elaborado no âmbito do Decreto-Lei que foi revogado há dois dias e nestes dois dias tentou-se fazer todas as alterações e vai ser entregue um exemplar a cada bancada, é uma versão preliminar e o Executivo está aberto a sugestões.

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

--- O Sr. António Vicente Alves Reis intervém para, mais uma vez solicitar informação sobre as contas públicas dos donativos para os incêndios de 2003.

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para informar que essas contas são públicas e foram geridas por uma comissão composta pelo Pároco de Mação, por um elemento da Santa Casa da Misericórdia de Mação e por um elemento da Santa Casa da Misericórdia de Cardigos. -----

--- O Dr. Fernando Monteiro intervém para referir que, após a apresentação que teve a oportunidade de ouvir, solicita que não deixem cair este projecto que é extremamente importante para o nosso Concelho e propõe que se faça, nesta Assembleia, um pacto de regime entre as forças políticas aqui representadas no sentido de ser possível a concretização do que foi exposto. -----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----

